

## **DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR EM MACAPÁ-AP: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E TRAJETÓRIAS**

*Wesley Vaz Oliveira*

### **RESUMO**

O objetivo principal deste artigo consiste investigar o acesso à informação relativa aos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior no ensino médio em uma escola pública na cidade de Macapá-AP. Assim, a análise da trajetória de uma estudante oriunda da escola pública na qual ingressou no ensino superior no Instituto Federal do Amapá, buscou-se analisar como as informações sobre os processos seletivos para o vestibular são incorporadas pelo corpo escolar e, mais especialmente, como e se chegam ao alunado. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a qualitativa com a técnica de estudo de caso e entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados. Como resultado, verificou-se a falta de acesso à informação relativa aos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior no Amapá, bem como a ausência da abordagem da temática Étnico-racial no ensino básico.

**Palavras-chave:** Cotas raciais. Ensino Médio. Ensino Superior. Amapá.

### **INTRODUÇÃO**

---

**E**m 2022, a chamada Lei de Cotas, nº12.711, de 29 de agosto de 2012, completa 10 anos de existência. Sabidamente tal marco legal é uma medida de ação afirmativa, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas e todo o sistema de educação superior. Neste contexto, emerge avanços, conquistas e dilemas sobre o impacto da lei e

seus enfrentamos social, institucionais e políticos, e contribuição substancial para a população negra e, por extensão, para a educação pública, de qualidade, democrática e inclusiva.

Em termos de legislação antirracista, podemos citar, ainda, a criação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010, na qual visou resguardar à população negra a igualdade de oportunidades, a preservação dos direitos étnicos individuais e coletivos, visando eliminar a discriminação e o preconceito racial. No âmbito federal, instituiu-se a Lei n. 10.639/2003, que estabeleceu o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira no âmbito escolar. Ainda assim, tratando-se da Lei da Cotas e a temática étnico-racial no ensino básico, não é prudente afirmar que estas são efetivamente abordadas no ensino básico em decorrência de serem dispositivos legais

Neste sentido, instaura-se a problemática deste trabalho: por quais motivos o conhecimento sobre a Lei de Cotas não é divulgado no ensino básico na cidade de Macapá, estado do Amapá? Ora, é notório que ao se inscrever no vestibular há a modalidade de participação por meio das cotas e, em especial o aluno negro, pardo e indígena, caso opte pela ampla concorrência, irá corroborar para a desigualdade social e racial e terá infortúnios formativos, e não irá acessar seus direitos.

Assim, o objetivo principal deste artigo consiste investigar o acesso à informação relativa aos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior no ensino médio em uma escola pública na cidade de Macapá-Ap, através da análise da trajetória da estudante Leilane Silva, oriunda da escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes, na qual ingressou no ensino superior no Instituto Federal do Amapá, em 2019.

Posto isso, este artigo<sup>1</sup> é fruto das ações que se desenvolveram durante o período de 2017, 2018 e 2019, no âmbito do projeto de pesquisa e extensão intitulado “Autofirmação da Identidade Negra dos Estudantes do Ensino

---

1 Este artigo está vinculado ao projeto de pesquisa e extensão “Autofirmação da identidade negra dos estudantes do ensino médio de Macapá”, Edital Nº 011, Nº de registro no DEX 031/2018. Reitere-se, também, que o mesmo faz parte da conclusão do referido projeto o qual é coordenado pela Profa. Dra. Piedade Lino Videira- vinculada ao Curso de Pedagogia e Mestrado em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá (UNI-FAP). Ademais, a equipe de pesquisa adotou e cumpriu com os procedimentos éticos

Médio na cidade de Macapá”, sob a coordenação da professora e pesquisadora negra Piedade Lino Videira. Tal projeto visou investigar como os estudantes se autodeclararam do ponto de vista racial, partindo da compreensão que a autodeclaração é algo complexo para jovens que evidenciam em seu fenótipo características que os inscrevem no grupo social negro e pardo, mas mesmo diante de tal evidência racial, alguns desses estudantes, costumam negar suas origens, porque não foram ensinados a se orgulhar de sua cor/raça e cultura negra.

É imperativo destacar que a investigação foi idealizada no afã de que tais estudantes ao concluírem o ensino médio, possam optar pelo sistema de cotas- garantidos no presente momento pela Lei Federal 12.711/12, na qual está prevista reserva de vagas para autodeclarados: negros, indígenas, estudantes que sobrevivem com renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio e pessoas com deficiência. Assim, foram realizadas pesquisa de campo, palestras e roda de conversas voltadas à diversos recortes da temática racial, com o corpo escolar das escolas estaduais General Azevedo Costa e Antônio Cordeiro Pontes.

No que se refere aos estudos da temática racial no ensino médio na cidade de Macapá, a literatura científica, principalmente nos últimos três anos, evidenciou as seguintes prerrogativas. Videira, Custódio, Brandão, Aragão e Costa (2021), analisaram o projeto “Minha Identidade na Diversidade” da Escola Municipal Goiás localizada no Distrito de Coração, Macapá-AP, buscando entender de que maneira este projeto tem incidido no aprendizado dos estudantes acerca da história e expressões culturais/religiosidades locais com reflexos positivos na significação da autoestima positiva dos/as estudantes negros/as.

Em seus estudos sobre a autodeclaração racial no ensino público em Macapá, Videira, Penha e Wesley (2020) abordaram questões educacionais do processo formativo relativo a autodeclaração racial dos estudantes do ensino médio da Escola Estadual General Azevedo Costa, localizada no muni-

---

previstos pelo Comitê de Ética da UNIFAP, com base na resolução 466/12, assim como foi autorizada a utilizar o nome dos sujeitos de pesquisa envolvidos.

cípio de Macapá-AP, objetivando investigar como os estudantes do ensino médio se autodeclaram do ponto de vista racial.

No âmbito do Ensino Religioso, Bezerra, Videira e Custódio (2020), problematizaram a prática pedagógica da disciplina Ensino Religioso no contexto de uma comunidade quilombola, na Escola José Bonifácio, localizada na Comunidade do Cria-ú, no estado do estado do Amapá. Oliveira (2021), por sua vez, buscou averiguar como se configura a prática docente a partir do mapeamento dos (as) professores (as) que atuam na perspectiva da diversidade racial na Universidade Federal do Amapá. Como resultado, depreendeu-se que a prática docente na educação étnico-racial na Unifap apresenta-se de maneira complexa e incipiente, visto a falta de fiscalização e de acompanhamento pedagógico por parte da instituição e de seus setores administrativos no que diz respeito ao cumprimento da lei 10.639/03 e da legislação antirracista.

Conforme o levantamento, observa-se que os trabalhos científicos sobre a temática sobredita no Amapá, em específico sobre a Lei de Cotas, ainda estão ganhando envergadura intelectual e consolidando um campo promissor para gerar debates, produções e diagnósticos sobre os (as) cotistas amapaenses. Urge, nesta perspectiva, a premência em desenvolver produções científica sobre a Lei de Cotas e seu impacto para a população negra amapaense, com o intuito de diagnosticar possíveis problemáticas no campo das Educação para as Relações Étnico-raciais, além de fornecer avenidas investigativas para pesquisas vindouras.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a qualitativa com a técnica de Estudo de Caso, dado que a utilização de múltiplas fontes de evidência constitui o principal recurso para conferir significância a seus resultados (YIN, 2001). Além desta, adotou-se a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, com a estudante Leilane Silva, em 2019.

Assim sendo, este trabalho está estruturado em uma introdução, três seções e as considerações finais. A primeira seção discorre sobre a trajetória biográfica da estudante, como o bairro em que mora e os motivos para estudar na Escola Antônio Cordeiro Pontes, além de citar a palestra realizada pelo projeto de pesquisa. A segunda, por sua vez, aborda o acesso à infor-

mação sobre a temática racial e os direitos conquistados em prol da população negra, no ensino médio. A terceira versa sobre o impacto do projeto “Autoafirmação da Identidade negra dos Estudantes do Ensino Médio em Macapá”, bem como aspectos da vivência de Leilane como aluna cotista e suas expectativas acadêmicas. Por último, será apresentado os resultados depreendidos neste trabalho.

## 1 TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA

---

Com vistas a averiguar o acesso à informação relativa aos processos seletivos na educação básica na cidade de Macapá, o fio condutor desta investigação será alicerçado na entrevista realizada com a estudante Leilane Sena Silva, que estudou em uma das escolas públicas lócus de pesquisa do projeto de extensão “Autoafirmação da identidade negra dos estudantes do ensino médio na cidade de Macapá”, a Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes. Sobre sua biografia, a estudante enuncia:

Me chamo Leilane da Silva Sena, tenho 18 anos e morava no interior do Afuá – Pará. **Vim morar em Macapá, porque não tem ensino médio no interior que eu morava (...).** Minha mãe que escolheu que eu estudasse na Escola Antônio Cordeiro Pontes, porque é a que fica mais perto de casa e também porque a gente não conhecia muito o bairro. A gente mora no bairro Perpétuo Socorro. (Informação verbal, grifo nosso)<sup>2</sup>

Diante do exposto, nota-se o deslocamento da estudante do interior do Pará para a cidade de Macapá no estado do Amapá, se esbarra na história de centenas de jovens interioranos que, na ânsia por vislumbrar novos horizontes acadêmicos e profissionais, deixam sua cidade natal e mudam-se para a capital amapaense. Em ralação ao ensino superior, a cidade de Macapá conta com três instituições públicas, são elas: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituto Federal do Amapá (IFAP) e a Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Além disso, há dezenas de instituições privadas

---

2 Entrevista realizada com a Leilane da Silva Sena, no dia 27 de dezembro de 2019, no centro da cidade de Macapá-AP.



distribuídas na cidade, além da notável interiorização do ensino superior nos últimos anos.

Sob esta perspectiva, a rota mais viável para quem tem a oportunidade de estudar em outra cidade, em grande cidade, é deslocar-se para Macapá, como foi o caso de Leilane. Sobre a decisão em estudar na Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes, localizada no centro da cidade, Leilane afirma que a escolha da referida instituição originou-se da inclinação de sua mãe em escolher a instituição, sobretudo pela sua localização adequada para quem mora no bairro Perpétuo Socorro, zona oeste de Macapá.

No último do ensino médio em 2019 – ano que também iria realizar a prova do Enem com vias a ingressar no vestibular -, a estudante teve contato com o projeto de pesquisa e extensão “Autofirmação da Identidade Negra dos Estudantes do Ensino Médio na cidade de Macapá”, através de um dos bolsistas vinculado ao projeto que estagiava na escola supracitada, conforme relata:

Quando eu estava no último ano do ensino médio, o Wesley foi para a escola estagiar com a professora de sociologia e eu conheci ele. Ele ajudava a turma sobre os trabalhos, várias coisas e quando eu estava me preparando para o Enem e já estava na véspera do Enem, ele me convidou para uma palestra e lá conheci o projeto. (Informação verbal).

O contato de Leilane com projeto de pesquisa ocorreu em um momento oportuno, pois além de ser na véspera do vestibular, também coincidiu com fase de conclusão do projeto, momento na qual o objetivo era abordar o conhecimento sobre as cotas raciais para que os estudantes optassem pelo sistema de cotas garantidos pelo Lei Federal 12. 71112, além de informações em geral sobre a inscrição no vestibular.

A referida palestra mencionada pela estudante ocorreu no dia 3 de janeiro de 2019, nas dependências internas da Biblioteca Pública Profª Elcy Lacerda, localizada no centro da cidade de Macapá. Tal local foi escolhido estrategicamente, em razão de estar próximo das duas escolhas *lôcus* do projeto, quais seja, a Escola Estadual General Azevedo Costa e a Antônio Cordeiro Pontes. Além disso, há diversas rotas de ônibus que passam próximo à Biblioteca, o que facilitava o deslocamento de estudantes de outros bairros.

A equipe responsável pela organização e consecução da palestra constituiu-se pela professora-coordenadora Piedade Videira, além dos bolsistas Wesley Oliveira, Tayrine Batista, Janaina Picanço, Eduarda Cardoso e Sabrina Penha. Além da divulgação presencial nas escolas, criamos um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação e a expansão da palestra para estudantes de outras escolas. Assim, além de estudantes das escolas General Azevedo Costa e Antônio Cordeiro Pontes, tivemos a presença de estudantes da Escola Estadual Tiradentes, localizada no bairro Santa Rita, em Macapá.

A priori, o objetivo central da palestra consistiu em apresentar o histórico e a finalidade das cotas raciais e como acessá-las. Todavia, a equipe achou oportuno apresentar no formato de slide às informações sobre Instituições de Ensino Superior Público, tais como sua localidade, a inscrição na vestibular via Sisu e Processo Seletivo e os auxílios estudantis, como, o auxílio moradia, xerox, alimentação, permanência e as bolsas de Iniciação Científica.

No transcurso da palestra, notou-se um desconhecimento expressivo sobre o ingresso no Ensino Superior, como, por exemplo, a localização geográfica da Universidade Federal do Amapá. Tratando-se sobre as cotas raciais, muitos estudantes alegaram não conhecer, assim como os auxílios estudantis. Isto corrobora para o entendimento de que há um abismo de informações entre o ensino médio e a universidade pública. Visto isso, nas seções posteriores buscaremos problematizar essa lacuna de informações sobre as cotas raciais e o ingresso no ensino superior, em geral.

## **DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ROTA (IM)POSSÍVEL?**

---

Nesta seção, objetiva-se abordar como as informações sobre cotas raciais se apresentam no ensino médio e quais os seus desdobramentos educacionais e formativos. De início, cabe ressaltar que os/as estudantes das escolas públicas, especialmente os pobres, pretos, filhos de famílias interioresanas composta de pais analfabetos estão em desvantagem no itinerário formativo e no percurso até a universidade.

Em consonância com Moura e Tamboril (2018), a condição de estudante oriundo de escola pública surge como o fator de maior impacto no processo

de escolarização dos estudantes, é a que encontra maior consenso entre eles como critério para reserva de vagas. A maior barreira vivenciada é em relação aos conhecimentos prévios, necessários para o acompanhamento dos cursos, e que essa situação os diferenciam da maioria dos estudantes oriundos de escolas privadas e daqueles que tiveram melhores oportunidades de aprendizagem na rede pública.

Em consonância com Artes (2016), o ensino superior, entendido como um espaço privilegiado de construção de saberes e conhecimentos socialmente valorizados, os entraves para os negros e homens observados desde o ensino médio se fazem presentes, de forma consolidada, também nesse nível. Todavia, o acesso à pós-graduação é também mais difícil para os negros, mas os maiores entraves em seus percursos escolares encontram-se nas etapas anteriores de escolarização, principalmente na passagem do ensino médio para o ensino superior, como demonstrado nesse estudo

No âmbito da abordagem da temática racial no ensino médio, tal como a Lei de Cotas, é imperativo situar a importância do currículo na qual, sendo uma construção social, pode favorecer ou prejudicar a trajetória do estudante. Para Silva (2005), o currículo é um aparelho ideológico do estado capitalista, transmitindo a ideologia dominante, logo, o currículo é um território político. De acordo com o autor, a pergunta mais importante não é “quais conhecimentos são válidos”, mas sim, “quais conhecimentos são considerados válidos”. À vista disso, observa-se que o conhecimento inerente ao currículo não é dado; pelo contrário, é uma ação intencional.

Silva (2005) defende a tese de que o currículo deve estar ligado à subjetividade do sujeito, contudo, o que se observa em grande medida são propostas pedagógicas tradicionais, excludentes e ineficazes do ponto de vista da diversidade étnico-racial. Neste contexto, o conteúdo sobre a temática racial e a lei de cotas, por exemplo, são minimizados e tornam-se ausentes na sala de aula.

Dessa forma, os(as) estudantes quase sempre são desencorajados a lutar por uma vaga no ensino superior e, quando são incentivados, o incentivo não é entusiasmado e vigoroso. Isto decorre, por exemplo, pelo fato da universidade ser incorporada, para famílias pobres chefiadas por pais analfabetos, um lugar impensado, irrealizável e distante de qualquer perspectiva



de realização para alguém como eles. Afinal, no ideário social é comum a premissa de que a “ universidade é lugar para estudar os/as filhos/as de ricos”.

Dado isso, com a conquista da lei n 10.639, em 2013, que institui a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares das escolas da rede pública e privada de Ensino Fundamental, imputou-se, em marcos legislativos, a necessidade da inclusão oficial nos currículos das nossas escolas de perspectivas teóricas e vozes historicamente silenciadas. Tal conquista é fruto da demanda histórica do movimento negro e intelectuais negro e não-negros em prol da educação e na luta antirracista.

Neste sentido, a escola é interpretada pelos/as ativistas como a instituição social estratégica para produzir uma educação para a diversidade étnico-racial. No entanto, sabidamente a finalidade da lei não encontra eco substantivo na esfera escolar, caso não seja incorporada pelo corpo escolar como um *ethos*; um sistema de significados a ser trabalhando continuamente pela escola, e não somente por modismos e datas específicas como, por exemplo, o dia da Consciência Negra.

É imperativo, neste sentido, verificar como o estudo da cultura africana e afro-brasileira está sendo posta em cada contexto escolar específico, visto que a escola é um espaço privilegiado de discussão, reflexão e resgate da autoestima atinente ao imaginário negativo e discriminatório construído em relação a alguns agentes que protagonizam os processos de formação da nacionalidade (COELHO; SOARES, 2016). Nesse interim, reside uma das complexidades do racismo, pois, embora há leis que apregoam a abordagem da temática racial, isto não condiz com a prática efetiva da educação para as relações étnico-raciais e, por extensão, o conhecimento sobre as cotas raciais.

A chamada Lei de Cotas, Nº12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamenta nacionalmente uma medida de ação afirmativa, por meio de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior e ensino técnico federal. De acordo com Moura e Tamboril (2018), a criação desse marco legal está relacionada à mudança do entendimento sobre o processo de construção das desigualdades sociais e da produção de diferenças entre os diversos grupos sociais.

O conceito de diferença é central para a formulação e desenvolvimento de medidas de ações afirmativas, visto que por meio de políticas de focalização há o reconhecimento da exclusão socioeconômica causadora de discriminação e vitimização de determinados grupos sociais, bem como há a busca do enfrentamento desse processo através do aumento da participação desses grupos no processo político, no acesso a bens materiais e direitos universais e de valorização das diferentes culturas. (MOURA; TAMBORIL, p.595, 2018).

Em face do exposto, a lei de cotas representa um avanço expressivo das políticas de ações afirmativas e no debate sobre o acesso ao ensino superior para a população negra. Ademais, conforme cita Jesus, Videira, Lima, Reis, Santos, Rodrigues e Passos (2019), ao trazer para o debate político e educacional os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro, ao longo da história, os debates em torno das ações afirmativas trazem à tona (tiram da ausência) um conjunto de saberes e experiências sociais capaz de favorecer a utópica reinvenção da nação brasileira.

Ainda de acordo com os (as) autores (autoras) sobreditos, é mister analisar como ocorrer a inserção de estudantes negros (as) egressos (as) do sistema de cota, no mundo do trabalho e nos programas de pós-graduação, bem como os impactos das políticas de ações afirmativas em suas vidas e após a universidade para, a partir disso, avançar nesse novo campo que se consolida, assim como para o progressivo aprimoramento das políticas afirmativas no Brasil.

Ainda assim, seria errônea afirmar que o estudante, em específico os negros, ao terminar o ensino médio terá contato com a lei e optará pela reserva de cotas. Ao ser indagada se já ouviu falar das cotas raciais no ensino médio, Leilane declara:

Não ouvir nenhum professor falar, só falavam que era para a gente tentar ingressar no ensino superior. **E eu não conhecia as cotas raciais, só fui conhecer as cotas pelo projeto e por ti e a professora Piedade.** Alí naquela palestra basicamente todos que estavam presentes não conheciam as cotas e passaram a conhecer naquele momento. A gente tinha uma dúvida, assim, **eu só posso entrar pela**

**ampla concorrência? A palestra então abriu a nossa visão para as cotas raciais.** (Informação Verbal, grifo nosso).

Nota-se, que o primeiro contato de Leilane quando o tema são as cotas raciais ocorreu por meio da palestra descrita na seção anterior. Apesar de ter conhecimento sobre uma das modalidades de inscrição no vestibular – a ampla concorrência -, as cotas raciais não figuravam entre as possibilidades para participar do vestibular. Cabe ressaltar, também, que em grande medida o estudante que opta pela ampla concorrência geralmente disputa vagas com jovens de escolas particulares e que fizeram cursinho pré-vestibular.

Neste contexto, é pertinente a seguinte indagação: por quais razões o conhecimento sobre as cotas raciais não chegam até ao aluno do ensino básico e como acessá-las? Para essa resposta, elencamos duas proposições partir das observações de campo no decorrer da consecução do projeto e literatura científica sobre o tema. A primeira, refere-se à formação de professores (as) na perspectiva que englobe a Educação para as Relações Étnico-raciais. Desde quando iniciamos as ações extensionistas nas escolas *lócus* do projeto, verificamos que uma parcela significativa dos docentes não tinha uma formação, independentemente do nível e recorte, além da graduação.

Em seus estudos sobre a formação continuada e a implementação da lei 10.639/03, Coelho e Soares (2016) defendem que os processos de formação de professores representam investimento crucial na elucidação tais processos formativos em nível macro da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, várias iniciativas são adotadas para a institucionalização e a implementação de uma educação para a diversidade no tocante às relações étnico-raciais em nossa sociedade, tanto por meio de orientação e conteúdo a serem inseridos e trabalhados, ou as alterações curriculares a serem adotadas, quanto pelo detalhamento dos papéis a serem institucionalmente assumidos, ou de documento pedagógico para orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições correlatas na implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Como segunda proposição, podemos inferir que a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em conjunto com o Instituto Federal do Amapá (IFAP) e a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), não publicizam seus processos seletivos. Neste particular, não nos referimos às informações divulgadas na plataforma da instituição ou em suas redes sociais, mas sim, em informes na

rede estadual de ensino com pautas sobre o vestibular e as modalidades de ingresso, como as cotas raciais.

Sob este cenário, urge a presença de projetos de pesquisa e extensão que busquem adensar a compreensão sobre as relações étnico-raciais e os direitos para a população negra, embora é sabido que não cabe a um projeto manter uma postura institucional, seja como escola ou universidade. Visto isso, a próxima seção terá como objetivo abordar o impacto do projeto “Auto-firmação da Identidade Negra dos Estudantes do Ensino Médio na cidade de Macapá” na trajetória da acadêmica Leilane Silva.

### **3 PROJETO DE EXTENSÃO “AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE MACAPÁ” E A VIVÊNCIA COTISTA**

---

Conforme evidenciado nos relatos de Leilane, no decurso do seu ensino médio não houve a divulgação dos informes sobre o vestibular e a reserva de vagas para cotista para o alunado de sua escola. No que diz respeito à inscrição e acompanhamento do processo seletivo para o vestibular, também não houve, conforme expõe:

**Eles nos incentivavam a cursar a universidade pública e falavam que era quase impossível para quem estuda na escola pública entrar.** Mas eu vejo que na realidade é diferente, depende de si mesmo também, com esforço. Mas em geral não tinha acompanhamento, era só incentivo mesmo. (Informação Verbal)

Diante disso, nota-se uma ambivalência no posicionamento do corpo docente, pois, embora há o estímulo em apoiar os estudantes a ingressarem no ensino superior, o horizonte acadêmico não perpassa a universidade pública. As instituições privadas, neste sentido, seria a rota mais viável, e as suas diversas formas de ingresso, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e as bolsas fornecidas pelo Programa Universidade Para Todos (Prouni).

Nesta altura, o que significa para uma estudante negra, pobre e do interior ingressar na universidade, como a primeira pessoa de sua família que realizou tão grande feito? Em consonância com Gomes (2012), o ingresso

desse novo tipo de estudante, marcada por diferentes experiências de vida, incluindo o desafio de ser um intelectual de primeira geração, pode configurar uma excelente oportunidade para, entre outras ações, revisar e ampliar teorias e conteúdos estabelecidos e naturalizados por inúmeras disciplinas e inúmeros cursos.

Conforme demonstrado na imagem, Leilane se inscreveu pela modalidade de reversa de cotas raciais e foi aprovada no curso de Licenciatura em Matemática, no Instituto Federal do Amapá, campus Macapá. Sobre a sua aprovação, a estudante relata:

Meu sonho era cursar matemática, e **eu fui a primeira da família do pai e da mãe a entrar no ensino superior na universidade pública**. Meu pai também nunca entraram numa faculdade. Eu acho você cursando o ensino superior tu aprende muito. Por exemplo, eu gosto de matemática, mas quanto a gente entra, a gente tem mais acesso, eu não sabia o que era uma calculadora científica.

Em face do exposto, nota-se que ela é a primeira da sua família a ingressar no ensino superior público, nutrindo, doravante, esperanças em incentivar outras pessoas da sua família e bairro a cursarem o ensino superior. No início de suas aulas, em 2020, Leilane nos informou que buscou conciliar os estudos com o trabalho que realizava como garçonne na lanchonete Lance do Barão, localizado no centro de Macapá.

Atualmente, além de cursar o quarto semestre da graduação, também é bolsista na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e no Programa Amapá Jovem. Com a renda adquirida, a estudante ajuda no arrimo em sua casa e no custeio diário de seus estudos. Posto isso, destacamos a importância no projeto da trajetória acadêmica-científica de Leilane, visto que:

**Através do projeto eu conheci as cotas e entrei por elas.** Para mim isso foi sensacional, até porque naquele momento eu queria entrar na faculdade, mas não sabia como. Eu tinha muitas dúvidas na verdade. Com a palestra e o projeto, eu conheci os cursos que tem na Unifap, Ueap e o Ifap, e me ensinaram a como se inscrever. Eu achei isso interessante, porque nenhuma escola pública ensina isso, a como se inscrever para o vestibular, além de que eles criaram um grupo no WhatsApp, isso foi legal, porque até no cursinho público



que eu fiz eles não falavam disso e das cotas raciais. (Informação Verbal).

Como mencionado pela estudante, após a palestra a equipe do projeto criou um grupo no WhatsApp na qual o objetivo central era acompanhar e repassar as informações sobre as etapas do vestibular, como a data da divulgação, chamada pública, dentre outras. O grupo ficou ativo até o fim de todas as etapas do processo seletivo e julgamos como exitosa a estratégia adotada para acompanhar os (as) estudantes. Como aluna cotista, Leilane relata:

**Ao entrar no ifap eu vejo que algumas pessoas que são negras entraram pela ampla concorrência, e agora alguns ficam perguntando como eu entrei.** E também tem **muitas pessoas que critica as cotas, porque eu já escutei isso na sala.** Acredito que apesar de eu ter entrado pelas cotas, cada um tem seu mérito. Eu vi que tem um amigo pardo que entrou pelas cotas e o pessoal começou a criticar ele por ser mais claro que eu. (Informação verbal).

Conforme o exposto, é de suma importância situar como o desconhecimento sobre o direito da reserva de vagas opera entre os estudantes da rede pública, pois na falta de acesso à informação, muitos estudantes negros equivocadamente se inscrevem pela modalidade de ampla concorrência. Além disso, no relato é evidente o preconceito que ainda perdura no imaginário social como assunto são cotas raciais.

Ressalta-se, que embora existam no Brasil, há quase vinte anos, ainda é comum que as políticas de Ações Afirmativas, quase sempre identificadas por meio de sua modalidade mais famosa – a política de reserva de vagas em universidades públicas (as Cotas) – sejam tomadas como inexistentes ou como virem a ser (JESUS; VIDEIRA; LIMA; REIS; SANTOS; RODRIGUES; PASSOS, 2019).

Neste sentido, conforme os (as) autores (as) supracitados, nem mesmo a decisão unanime proferida pelo Supremo Tribunal Federal Brasileiro, no dia 26 de abril de 2012, considerando constitucionais as políticas de cotas com recorte racial no ensino superior brasileiro, foi capaz de dissipar, ao menos do imaginário coletivo, a imagem de que a implementação das Ações Afirma-

tivas e, mais particularmente, das cotas dependeria da aprovação em uma espécie de plebiscito popular.

Por fim, ao fim da entrevista, Leialane deixa a seguinte mensagem para os (as) estudantes do ensino médio que buscam ingressar no ensino superior:

**A minha mensagem é para sempre acreditar e nunca desistir.**

Tem muitas pessoas que vão te julgar e te colocar pra baixo. Tenho um tio que falou que só porque eu vim do Afuá, era impossível eu entrar na faculdade. Minha mensagem, então, é colocar na cabeça que vai conseguir que tu consigues. Quando eu terminar o curso quero fazer um técnico de finanças e quando terminar pretendo fazer o mestrado em matemática. (Informação Verbal).

Perante o exposto, observa-se a autoestima e desejo da acadêmica em continuar seus estudos para além da graduação, assim como incentivar familiares e amigos a alcançar uma vaga em uma instituição de ensino superior público. Mais do que uma posição social, a presença de uma estudante pobre, negra e vinda do interior eclode uma representativa na conjuntura social, racial e política brasileira, pois tensiona cânones científicos e abre possibilidades para outras vozes sociais, principalmente as que foram historicamente silenciadas.

De acordo com as feministas negras contemporâneas, tais como Davis (2016) e Ribeiro (2016), é urgente a necessidade de pensar um outro projeto de sociedade, na qual a violência de gênero, raça e classe não opera em corpos, sobretudo negros. Assim, a trajetória de Leilane traz uma inflexão na corrente opressora que historicamente assolou a população negra, ao mesmo tempo, nos mostra possibilidades exequíveis para enfrentar tais estruturas.

Ademais, consoante com os estudos de Artes (2016), sobre o ensino médio como filtro para o acesso de negros no ensino superior brasileiro, o ensino médio é crucial para o acesso ao ensino superior. Além disso, há de considerar as condições de oferta de ensino médio por cor/raça, isto é, as escolas frequentadas, predominantemente por negros, apresentam as mesmas características de infraestrutura, qualidade docentes, frequentadas por brancos? Se o ensino médio é um filtro que dificulta o acesso ao ensino superior, é

preciso uma análise mais profunda das desigualdades de escolarização presentes nesse nível para uma posterior superação das desigualdades tão bem demarcadas, no acesso ao ensino superior e em especial à pós-graduação brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Conforme a análise realidade através da trajetória de Leilane Silva, podemos inferir a falta de acesso à informação relativa aos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior no Amapá, incluindo a reserva de vagas. Neste sentido, as Políticas de Ações Afirmativas, as cotas raciais, a autodeclaração racial e a falta de informação à sociedade acerca da luta histórica do movimento social negro brasileiro pelo direito à educação pública, gratuita, intercultural e antirracista, para negros e não negros, é um dos principais impedimentos para que esta política alcance os sujeitos para os quais ela foi pensada.

A ausência da abordagem da temática racial no ensino médio juntamente com os direitos conquistados em prol da população negra, como a Lei de Cotas, é deletério para o estudante que desconhece seus direitos e pode optar por outras formas de ingressar no ensino superior. Além disso, foi possível detectar que os maiores entraves para acessar o ensino superior encontram-se nas etapas anteriores da escolarização.

Por último, quando verificamos as vagas de cotistas, é possível constatar que todas são preenchidas. Isto é, por quem as vagas raciais estão sendo preenchidas? Esse questionamento ultrapassa os limites deste trabalho, mas permite provocações nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Humanas em geral, na qual ficará como possibilidades para pesquisas posteriores sobre o tema e, consequentemente, para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa sobre a educação antirracista no Amapá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ARTES, Amelia Cristina Abreu. O ensino médio como filtro para o acesso de negros no ensino superior brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 19, p. 34-51, 2016.

BRASIL. **Lei n. 12. 288, de 20 de julho de 2010**: Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Casa Civil, 2010.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. Formação continuada e a implementação da Lei nº 10.639/2003: diálogos entre a universidade e a escola básica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 19, p. 69-96, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DOS SANTOS, Moisés de Jesus Prazeres et al. O ensino religioso e a escola José Bonifácio: um estudo de caso da prática pedagógica desenvolvida no quilombo do Cria-Ú no Amapá. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 67, 2020.

GAMA, Jamyly Kelly Corrêa; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serão. A relevância da disciplina ensino religioso para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas no cotidiano escolar. **Estudos Teológicos**, v. 60, n. 1, p. 98-112, 2020

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

JESUS, Rodrigo Edmilson de Jesus (Organizador). **Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros (as) no ensino superior brasileiro.** – Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior, 2019.

MOURA, Maria Rosimére Salviano de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. “Não é assim de graça!”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 593-601, 2018.

OLIVEIRA, Wesley Vaz. Educação e relações étnico-raciais: um diagnóstico do ensino na universidade federal do Amapá (UNIFAP). **Revista Em Favor De Igualdade Racial**, 4(1), 191–204, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** Companhia das Letras, 2019.

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIDEIRA, Piedade Lino et al. Projeto cultural de temática racial: uma análise na escola municipal Goiás em Macapá-AP. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 1, p. 602-623, 2021.

VIDEIRA, Piedade Lino; PENHA, Sabrina Silva; DE OLIVEIRA, Wesley Vaz. Auto-declaração racial e desdobramentos educacionais na escola estadual General Azevedo Costa. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 186-202, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.